

**Documentos da fase interna, conforme  
Lei Estadual 19.581/2018**

# Índice

Apresentam-se, na sequência, os seguintes documentos da fase interna da licitação:

- 1) Solicitação de compras e serviços e justificativa;
- 2) Declaração de existência de dotação orçamentária;
- 3) Pesquisa de preço;
- 4) Termo de referência;
- 5) Parecer Jurídico;
- 6) Decisão administrativa de autorização do certame.

# **1) Solicitação de compras e serviços e justificativa**

## DESPACHO DE ABERTURA

**Assunto:** aquisição e instalação de barreiras transparentes nas mesas de atendimento.

Fora realizado recentemente estudo abrangente com os coordenadores das unidades da atividade fim da instituição, visando identificar a estrutura e regras gerais necessárias para um retorno gradual das atividades presenciais da instituição.

Após o envio para todos os coordenadores, obtivemos uma taxa de retorno de 74% deles. A partir daí foi considerado como ponto consensual os itens que tiveram concordância expressa por mais de 80% dos participantes.

Nesses termos, necessários se faz a abertura do presente procedimento para, desde já, iniciar o processo de aquisição de **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BARREIRAS TRANSPARENTES NAS MESAS DE ATENDIMENTO**, o qual se faz com base no artigo 21 da Resolução DPG n° 104/2020.

O presente item, normalmente em acrílico, deverá funcionar como uma barreira entre o atendente e o atendido, que deverá estar fixa na mesa de atendimento.

Atribua-se nível de criticidade 1 ao item.

Realize-se as anotações necessárias.

À CGA para instrução.

Curitiba, 25 de junho de 2020.

**NICHOLAS MOURA E SILVA**  
Coordenador de Planejamento

Documento: **despachodeaberturaaquisicaoinstalacaodebarreiratransparentesnasmesasdeatendimento.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Nicholas Moura e Silva** em 26/06/2020 10:03.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Nicholas Moura e Silva** em: 26/06/2020 10:03.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:  
**96ded380ef12a83428804a01db3059e2.**

## **2) Declaração de existência de dotação orçamentária**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
Coordenadoria de Planejamento

**INFORMAÇÃO Nº 288/2020/CDP**

Protocolado: 16.688.830-1

**Propósito:** Indicação de Recursos para Execução Orçamentária da Despesa (ao quantitativo fixado para aquisição imediata, por meio de Registro de Preços) e Anotação Orçamentária para eventual aquisição (ao quantitativo máximo fixado por meio de Registro de Preços).

**Objeto:** (Licitação/Registro de Preços) (COVID-19) Aquisição de barreiras transparentes de proteção para mesas utilizadas no atendimento ao público externo das unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A aquisição se dará de forma parcelada, sendo 200 unidades na primeira aquisição, de imediato; e o saldo remanescente (345), se necessário, até o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

**Valor Total:** R\$ 109.408,75 (fl. 144).

**Valor Aquisição Imediata:** R\$ 40.150,00.

**Dotação Orçamentária:** 0701.03.061.43.6008 / 100 / 3.3 – Atuação da Defensoria Pública / Fonte Tesouro Estadual / Outras Despesas Correntes.

**Detalhamento da despesa orçamentária:** 3.3.90.30.25 – Material para manutenção de bens móveis (acessórios e sobressalentes).

Atesta-se a disponibilidade orçamentária do exercício 2020 com a emissão do pré-empenho da despesa, conforme documento anexo (SIAF). Considera-se haver a disponibilidade financeira a partir do efetivo repasse duodecimal da disponibilidade orçamentária, nos termos legais.

**Valor anotado para eventual aquisição:** R\$ 69.258,75 (até o término da vigência da Ata de Registro de Preços).

Ressalta-se que esta indicação é **exclusiva ao processo licitatório**, a se realizar em **2020**, sendo necessária, para a aquisição/contratação, a readequação do valor conforme o resultante do certame, ou emissão de nova Indicação Orçamentária se ultrapassado o exercício de 2020.

Encaminha-se esta Indicação Orçamentária ao Coordenador de Planejamento para apreciação da consonância da despesa com o Planejamento Institucional.

Curitiba, 30 de setembro de 2020.

**Luciano Sousa**  
Gestão Orçamentária

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
Rua Mateus Leme, nº 1908 – CEP 80.530-010  
Centro Cívico – Curitiba – Paraná

Documento: **16.688.8301\_INF288.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em 30/09/2020 12:36.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em: 30/09/2020 12:34.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**ecc9d7ca6a59d15afe6ac00a55a84cf1**.

JD Edwards

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA  
[P0000]

**PROTOKOLO**  
Fls. 180  
Nov. 70  
ESTADO DO PARANÁ

Gerar Pré-Empenho - Acesso a Cabeçalhos de Pedidos

Personal Form: (No Personalization) Consulta: Todos os Registros

Registros 1 - 1

Data de Criação	Credor	Pré-Empenho	Unidade Orçamentária	Nat. Despesa/ Receita	Descr	*16.688.830-1*	Detalhamento Histórico	No. da Licitação	Elemento de Despesa	Saldo Orçamento Anterior	Valor Total	Saldo Orçamento Posterior
30/09/20	7	20009438	0701	33903025	Mat p/Manut Bens Móveis	(Licitação/Registro de Preços) (COVID-19) Aquisição de barreiras transparentes de proteção para mesas uti	zadas n...	30		276,216,34	40,150,00	236,066,34

Assinado digitalmente por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em 30/09/2020 12:36. Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em: 30/09/2020 12:34. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **9ce98833722f1c53ce330bfd1439072b**.

Documento: **16.688.8301\_INF288\_ANX.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em 30/09/2020 12:36.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em: 30/09/2020 12:34.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**9ce98833722f1c53ce330bfd1439072b**.

**Procedimento n.º 16.688.830-1**

**DESPACHO**

1. Ciente da Informação N° 288/2020/CDP, complementar à Anotação Orçamentária ao Registro de Preços (fl. 123), uma vez existente quantitativo para aquisição imediata.
2. Atesto a consonância da despesa com o Planejamento Institucional e a adequação com o Plano de Contingenciamento.
3. Proceda-se à juntada da Declaração do Ordenador de Despesas.
4. Após, retornar à Gestão de Editais/DCA, para eventual revisão da Minuta do Edital apresentado às fls. 128-163, antes do retorno à GAB/DPG, determinado à fl. 178.

Curitiba, 30 de setembro de 2020.

**NICHOLAS MOURA E SILVA**  
Coordenador de Planejamento

Documento: **16.688.8301\_CDP288.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Nicholas Moura e Silva** em 30/09/2020 15:11.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Luciano Bonamigo de Sousa** em: 30/09/2020 12:35.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**e2d9a29f9d5807b641a1133e7d128025**.

### **3) Pesquisa de preço**



**PROCESSO Nº 16.688.830-1 - AQUISIÇÃO DE BARREIRAS EM ACRÍLICO**

Itens		Qndt.	Preço		Valor Unitário		Valor Total		Valor Unitário		Valor Total	
LOTE 01	Barreiras transparentes	409	R\$ 185,00	R\$ 75.665,00	R\$ 270,00	R\$ 110.430,00	R\$ 179,00	R\$ 73.211,00	R\$ 169,00	R\$ 69.121,00	R\$ 22.984,00	
LOTE 02 - Destinada a ME e EPP	Barreiras transparentes	136	R\$ 185,00	R\$ 25.160,00	R\$ 270,00	R\$ 36.720,00	R\$ 179,00	R\$ 24.344,00	R\$ 169,00	R\$ 22.984,00	R\$ 22.984,00	
<b>TOTAL</b>		<b>545</b>		<b>R\$ 100.825,00</b>		<b>R\$ 147.150,00</b>		<b>R\$ 97.555,00</b>		<b>R\$ 92.105,00</b>		
<b>Média Unitária por item</b>						<b>Valor da Mediana (preços unitários)</b>						
01	Barreiras transparentes		R\$			200,75	R\$			182,00		
<b>TOTAL DA MÉDIA UNITÁRIA</b>						<b>R\$</b>	<b>200,75</b>	<b>R\$</b>		<b>182,00</b>		
<b>Aquisição integral pelo valor médio (R\$200,75)</b>						<b>Aquisição integral pelo valor mediano (R\$182,00)</b>						
LOTE 01	Barreiras transparentes		R\$			82.106,75	R\$			74.438,00		
LOTE 02 - Destinada a ME e EPP	Barreiras transparentes		R\$			27.302,00	R\$			24.752,00		
<b>TOTAL</b>						<b>R\$</b>	<b>109.408,75</b>	<b>R\$</b>		<b>99.190,00</b>		

Curitiba, 26 de agosto de 2020

Francini dos Santos Pelegrini  
Gestão de Pesquisa de Mercado

Caio Cozer  
Estagiário - Departamento de Compras e Aquisições

João Gabriel  
Estagiário - Departamento de Compras e Aquisições

Jociane Bonfim  
Estagiária - Departamento de Compras e Aquisições

Tânia Calvo  
Estagiária - Departamento de Compras e Aquisições

Assinado digitalmente por: **Francini dos Santos Pelegrini** em 26/08/2020 16:49. Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Francini dos Santos Pelegrini** em: 26/08/2020 16:02. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **156f9c561024b3ddc69d7829b50c68d5**.



ePROCOLO



Documento: **QuadrodecotacoesCOMEDIAeLOTESBarreiras.xlsxPlanilha1.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Francini dos Santos Pelegrini** em 26/08/2020 16:49.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Francini dos Santos Pelegrini** em: 26/08/2020 16:02.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**156f9c561024b3ddc69d7829b50c68d5**.

## **4) Termo de referência**

PROTOCOLO: 16.688.830-1

## TERMO DE REFERÊNCIA PRELIMINAR

### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de barreiras transparentes de proteção para mesas utilizadas no atendimento ao público externo das unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

### 2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Ata de registro de preços para eventual aquisição de barreiras transparentes de proteção para mesas, nas quantidades máximas previstas abaixo e com as seguintes especificações:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA
01.	<p><b>BARREIRA DE PROTEÇÃO</b></p> <p>Material: acrílico; Cor: incolor (transparente); Dimensões: (aceitável variação de até 10% nas medidas)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Largura: 650 mm;</li><li>• Altura: de 600 mm;</li><li>• Espessura: 4 mm;</li><li>• Abas laterais unidas à barreira, com 600mm de altura, 100 mm de largura e 4 mm de espessura;</li></ul> <p><u>Características adicionais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Deverá possuir <b>abertura horizontal que permita a passagem de documentos de tamanho A4.</b></li><li>b) Deverá possuir <b>bordas arredondadas e abas laterais</b>, que facilitem a fixação às mesas e garantam maior estabilidade e segurança.</li><li>c) Deverá vir acompanhada de <b>fita do tipo dupla face</b>, em quantidade suficiente para a correta fixação de cada barreira à mesa.</li><li>d) Deverá ser resistente a procedimentos de higienização.</li><li>e) Desejável acompanhar manual de instruções/installação.</li></ul>	409 unidades
02.	<p><b><u>Lote destinado às ME/EPP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:</u></b></p>	136 unidades

<p><b>BARREIRA DE PROTEÇÃO</b></p> <p>Material: acrílico;</p> <p>Cor: incolor (transparente);</p> <p>Dimensões: (aceitável variação de até 10% nas medidas)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Largura: 650 mm;</li><li>• Altura: de 600 mm;</li><li>• Espessura: 4 mm;</li><li>• Abas laterais unidas à barreira, com 600mm de altura, 100 mm de largura e 4 mm de espessura;</li></ul> <p><u>Características adicionais:</u></p> <ol style="list-style-type: none"><li>a) Deverá possuir <b>abertura horizontal que permita a passagem de documentos de tamanho A4.</b></li><li>b) Deverá possuir <b>bordas arredondadas e abas laterais</b>, que facilitem a fixação às mesas e garantam maior estabilidade e segurança.</li><li>c) Deverá vir acompanhada de <b>fita do tipo dupla face</b>, em quantidade suficiente para a correta fixação de cada barreira à mesa.</li><li>d) Deverá ser resistente a procedimentos de higienização.</li></ol> <p>Desejável acompanhar manual de instruções/instalação.</p>	
<b>TOTAL</b>	<b>545 unidades</b>

2.2. A aquisição se dará de forma parcelada, sendo 200 (duzentas) unidades na primeira aquisição, de imediato; e o saldo remanescente, se necessário, até o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

### 3. CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os produtos devem ser novos, de primeiro uso, sem a presença de vícios e entregues em embalagens lacradas, sem custo adicional para a DPPR.

3.2. Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, salvo se de melhor qualidade.

3.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todo e qualquer encargo trabalhista de seus empregados, bem como pelo correto cumprimento de sua jornada e por acidentes ocorridos no exercício da atividade.

3.4. Produtos eventualmente rejeitados devem ser efetivamente substituídos por outros em conformidade com as especificações em até 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação da inconformidade ou defeito, sem ônus para a DPPR.

3.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

#### 4. DAS AMOSTRAS

4.1. Como condição para a declaração de vencedora do certame, a arrematante deverá apresentar à DPPR, em até 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro, amostra de uma unidade do produto ofertado em sua proposta de preços, ou seja, da mesma marca e modelo.

4.2. O pregoeiro solicitará o envio da amostra somente caso entenda que a proposta de preços e os documentos de habilitação da licitante atendem às condições do edital.

4.3. A amostra deverá ser entregue na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Paraná, situada na Avenida Mateus Leme, 1908.

4.4. A DPPR terá 10 (dez) dias úteis para avaliar a amostra, estritamente de acordo com as especificações do termo de referência.

4.5. O resultado da avaliação da amostra será devidamente justificado e divulgado por meio de mensagem no sistema licitações-e, sendo que a rejeição da amostra também acarretará a desclassificação da licitante no certame.

4.6. Caso a amostra seja aceita pela DPPR, ela será contabilizada no quantitativo previsto no termo de referência; caso não seja aceita, a amostra deverá ser recolhida pela licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, após o qual poderá ser descartada pela DPPR, sem direito a ressarcimento.

#### 5. DA ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues em até 21 (vinte e um) dias, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.1.1. Este prazo somente poderá ser dilatado, a critério exclusivo da DPPR, mediante solicitação formal da empresa, dentro do prazo de entrega e com motivação fundamentada pela CONTRATADA.

5.1.2. O requerimento de prorrogação do prazo de entrega não interrompe a contagem do prazo inicialmente estipulada.

5.2. A CONTRATADA deverá se encarregar da entrega dos produtos, a ser realizada no endereço do Almoxarifado Central da Defensoria Pública, localizada na Avenida São Gabriel, 433, Galpão 4, Condomínio Vitamar, Roça Grande, Colombo/PR; ou em outro endereço da DPPR em Curitiba, a ser especificado na Ordem de Fornecimento.

5.3. A entrega deve ocorrer em dia útil (previamente acordado com o responsável pelo recebimento que constará na ordem de fornecimento), em horário entre as 10h00 e as 16h00, ou conforme especificado na ordem de fornecimento.

5.4. A instalação das barreiras nas mesas será realizada pela DPPR.

## 6. DO PREÇO

6.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPPR quaisquer custos adicionais.

## 7. DO RECEBIMENTO

7.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 10 (dez) dias, após a comunicação escrita do contratado, acompanhada do respectivo documento de cobrança, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos previstos taxativamente no artigo 74, incisos I, II e III da Lei 8.666/1993, sendo neste caso realizado mediante recibo, conforme parágrafo único do citado dispositivo.

7.2. O objeto será recebido definitivamente somente mediante a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação requeridos no procedimento de compra (licitação, dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação), inclusive mediante a apresentação das seguintes certidões negativas ou positivas com efeito de negativas:

7.2.1. Fiscais de Débitos das receitas nos âmbitos municipal, estadual e federal;

7.2.2. Certidão de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

7.2.3. Certificado de Regularidade do FGTS –CRF.

7.2.4. Caso alguma das referidas certidões tenha seu prazo de validade expirado, poderá o órgão responsável pelo recebimento definitivo, a seu exclusivo critério, diligenciar para obtenção do documento atualizado ou solicitar que a Contratada o apresente.

- 7.2.5. Na ocorrência da hipótese mencionada no item anterior, ou quando se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela Contratada, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.
- 7.3. O recebimento definitivo do objeto será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material.
- 7.4. No caso de recebimento definitivo de objeto cujo valor supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), deverá ser designada comissão específica pela autoridade competente, composta por, no mínimo, 03 (três) membros, que elaborará termo circunstanciado para esse fim.
- 7.5. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere os itens anteriores não serem realizados, serão reconhecidos de forma tácita, mediante comunicação à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, nos termos do artigo 73, § 4º da Lei 8.666/1993.
- 7.6. Antes do encaminhamento ao Departamento Financeiro (DFI) e consequente liberação do pagamento, o servidor responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para realizar o ateste do documento de cobrança, a contar do recebimento de todos os documentos elencados nos itens anteriores.
- 7.7. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.
- 7.8. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto que apresentar quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 7.9. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento pela contratada de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se inclui a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito no item 7.2, e demais documentos complementares.
- 7.10. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.
- 7.11. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à prestação da totalidade do objeto indicado na ordem de fornecimento/serviço, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

7.11.1. Caso a prestação do objeto seja estipulada de forma parcelada, os recebimentos provisório e definitivo serão efetuados apenas por ocasião entrega da última parcela, quando, então, serão adotadas as medidas destinadas ao pagamento dos serviços, desde que observadas as demais condições do Termo de Referência.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também do recebimento definitivo.

8.2. Para a liberação do pagamento, o responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

8.3. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.3.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

8.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

8.5. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

8.5.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei Estadual nº 15.608/2007 e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria, por meio da Deliberação CSDP nº 11/2015.

## 10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Estadual nº 15.608/2007 e legislação complementar, aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 8.078/1990.

10.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

Curitiba, 25 de agosto de 2020.

**CAMILA FRANCESCHETTI RODRIGUES WEINGRABER**

Gestão de Especificações

Departamento de Compras e Aquisições

---

### ANEXO I – Exemplo de barreira de mesa



**\*Imagem meramente ilustrativa.**

Documento: **TRBarreirasdemesa25082020.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Camila Franceschetti Rodrigues Weingraber** em 25/08/2020 13:26.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Camila Franceschetti Rodrigues Weingraber** em: 25/08/2020 13:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**baae77091af1fc73ba44219f47f7bcbd**.

## **5) Parecer Jurídico**

**DESPACHO nº 188/2020**

REFERÊNCIA: P. 16.688.830-1

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. MENOR PREÇO. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. POSSIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. COTA. APLICAÇÃO DO ART. 48, III, DA LCF 123/2006. PREJULGADO N.º 27, TCE/PR. POSSIBILIDADE. CONSÓRCIOS. RESTRIÇÃO EDITALÍCIA. POSSIBILIDADE. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. DISPENSA. POSSIBILIDADE. CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. DISPENSA DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. CUMULAÇÃO NÃO OBRIGATÓRIA DOS DOCUMENTOS ENUNCIADOS NO ART. 31 DA LEI GERAL DE LICITAÇÕES. AMOSTRAS. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DOS PRAZOS LEGAIS DO EDITAL. COVID-19. LEI 13.979/2020. POSSIBILIDADE. TCU. DISPENSA DE CONTRATO. ENTREGA IMEDIATA. POSSIBILIDADE. TCU.

*Ao Defensor Público-Geral,*

**1. RELATÓRIO**

1. Trata-se de procedimento de contratação pública instaurado pela *Coordenadoria de Planejamento* (CDP), com a finalidade de aquisição e instalação de barreiras transparentes para as mesas de atendimento das sedes da *Defensoria Pública do Estado do Paraná* (DPE/PR).

2. O *Despacho* do *Coordenador de Planejamento* à fl. 02 trouxe o fundamento da necessidade da contratação, qual seja: “... *presente item, normalmente em acrílico, deverá funcionar como uma barreira entre o atendente e o atendido, que deverá estar fixa na mesa de atendimento.*”. Atribuiu-se ainda o nível de criticidade 1 (um).

3. Já o *Coordenador-Geral de Administração*, por meio do *Despacho* de fls. 03-06, além de outras observações, destacou-se: o rito de tramitação e a necessidade de regime de prioridade máxima ao presente procedimento.

4. O despacho de fls. 07 do *Departamento de Infraestrutura e Materiais* procedeu à especificação técnica, conforme determinou os requisitos apontados pela *Coordenadoria Geral de Administração*.

5. A *Gestão de Patrimônio* (*Departamento de Infraestrutura e Materiais*), por meio do despacho de fls. 16-17, dentre outras informações técnicas, esclareceu a preferência pela aquisição por meio de *Ata de Registro de Preços*.

6. O *Termo de Referência Preliminar* foi apresentado às fls. 22-25.

7. O *Departamento de Contrato*, por sua vez, por meio do despacho de fls. 27-31, dentre outras recomendações, destacou a possibilidade de dispensa de contrato.

8. O despacho de fl. 32 (*Gestão de Especificações - Departamento de Compras e Aquisições*) apresentou o *Termo de Referência Preliminar* consolidado (fls. 33-39).

9. O *Coordenador de Planejamento*, por meio do *Despacho* de fl. 40, manifestou a concordância com o termo de referência proposto.

10. Houve a necessidade de alteração no termo de referência (fl. 57-63) e o CDP ratificou o novo termo (fl. 64).

11. O despacho de fl. 66-67 apresentado pela *Gestão de Pesquisa de Mercado* (DCA) esclareceu a análise de mercado realizada (fls. 68-98) e devidamente compiladas no Quadro de Cotações (fl. 100). Informou ainda que visando a diversificação das fontes de informação acerca dos preços praticados pelo mercado, foi consultado o Portal da Transparência do Estado do Paraná, o sitio eletrônico GMS, e o Portal da Transparência do Estado do Paraná, mas não houve resultados.

12. O despacho de fl. 111 da Gestão de Patrimônio (Departamento de Infraestrutura e Materiais) manifestou pela viabilidade de lotes exclusivos para microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs).

13. Novo termo de referência preliminar foi apresentado à fls. 113-120.

14. A gestão de pesquisa de mercado revisou e reelaborou o quadro de cotações de acordo, conforme se informa a fl. 121, por meio do novo quadro de cotações a fl. 122.

15. A anotação orçamentária de licitação para registrar preços mediante ATA foi realizada pela Gestão Orçamentária – fl. 123.

16. O *Coordenador de Planejamento* atestou à fl. 124 que a referida anotação orçamentária está em consonância com o planejamento institucional e com o plano de contingenciamento.

17. Por fim, o despacho de fls. 125-126 apresentado pelo *Departamento de Compras e Aquisições*, além dos importantes esclarecimentos apresentados, exibiu a minuta do edital de licitação e os respectivos anexos (fls. 128-163); juntou ainda a resolução designando comissão permanente de licitação e os pregoeiros (fls. 164-165).

18. É o relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

19. Trata-se de licitação a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo tipo menor preço, apurado através do através do preço unitário e total para o único lote.

20. Os artigos 1º, da Lei Federal nº 10.520/02, e 37, § 5º, da Lei Estadual nº 15.608/07, disciplinam que o pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (artigos 1º, parágrafo único, e 45 das leis acima referidas).

21. A partir da conceituação legal do pregão, extrai-se que a adoção da referida modalidade licitatória se encontra compatível com a aquisição de dos itens especificados no termo de referência, o que se demonstra pela simplicidade do item, conforme esclarece o despacho de fl. 107 (“3.4. *Nenhuma das empresas que apresentaram propostas manifestou qualquer dificuldade em atender ao quantitativo estipulado no Termo de Referência nos prazos lá consignados.*”).

22. De igual modo, o tipo de licitação adotado (*menor preço*) também se encontra adequado, visto que decorre de expressa disposição legal. No caso, os artigos 4º, inciso X, da Lei Federal nº 10.520/02 e 49, inciso VII, da Lei Estadual nº 15.608/07.

23. No que se refere à adoção do sistema de registro de preços, destaque-se que os artigos 11 da Lei Federal nº 10.520/02 e 53 da Lei Estadual nº 15.608/07 facultam sua utilização, inclusive na modalidade licitatória pregão, constando dos incisos do artigo 23, § 3º, deste diploma legal as hipóteses preferenciais de sua adoção, dentre as quais se incluem as necessidades permanentes e renováveis da Administração, relacionadas com contratações frequentes do mesmo bem ou serviço, a contratação de serviços de forma parcelada, em face da impossibilidade de estimar os quantitativos ou as condições específicas e concretas da execução contratual, e a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão.

24. Diante da análise das referidas hipóteses legais, extrai-se que a aquisição dos bens orçados se enquadra nos incisos II e III do artigo 23, § 3º, da Lei Estadual nº 15.608/07, visto que constitui necessidade sem quantificação exata prévia (“1. *É preferível que a aquisição se dê através de Ata de Registro de Preços, visto que existe uma margem de segurança que só será necessária quando da danificação de alguma barreira ou pedido adicional de alguma sede, ou seja, as unidades reservadas por esta margem não serão adquiridas num primeiro momento.*” – fl. 16.), tendo em vista, até mesmo, as variações de servidores ante o retorno gradual das atividades da DPE/PR.

25. Assim, perfeitamente justificada a utilização do sistema de registro de preços.

26. Em relação à pesquisa e análise de mercado, verifica-se que diversos esclarecimentos foram informados às fls. 66-67 pela Gestão de Pesquisa de Mercado (*Departamento de Compras e Aquisições*), por exemplo, “Visando a diversificação das fontes de informação acerca dos preços praticados pelo mercado consultamos o Portal da Transparência do Estado do Paraná assim como o sitio eletrônico GMS em sua opção de busca por licitações em fase externa. Informamos que o site GMS não nos retornou ocorrência do objeto em tela, desta forma não houve a possibilidade de utilizar os valores encontrados no presente protocolado. A gestão de pesquisa de mercado ainda realizou pesquisas na opção Aquisições por Dispensa de Licitação - COVID 19, sendo que esta opção também restou nula.” e “*Considerando que as empresas que apresentaram orçamentos possuem portes DEMAIS, ME e EPP e que o valor total da aquisição ultrapassa os limites legais previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 acerca da divisão por lotes exclusivos a empresas*

*ME e EPP, encaminhamos o protocolo junto com os cartões de CNPJ de todas as empresas cotantes para a supervisão do departamento de compras e aquisições para ciência e demais providências que se mostrarem necessárias”.*

27. Tais esclarecimentos foram essenciais para a previsão de cota (até 25% - *vinte e cinco por cento*) para a contratação de micro e pequenas empresas, nos termos exigidos o art. 48, III, da LC 123/2006, conforme consta no *item 6.1.2 do edital de licitação - fl. 130*.

28. Quanto à necessidade de cota (*até vinte e cinco por cento*) para a disputa apenas entre as pequenas e microempresas nos casos envolvendo bens de natureza divisível, o Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 2122/19 – Tribunal Pleno, Relator Conselheiro Artagão de Mattos Leão, data da sessão 31/07/2019, publicado em 27/08/2019), já se manifestou pelo referido dever, observe-se:

iii) Conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, é obrigatória a realização de licitação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sempre que os itens ou lotes submetidos à competição tenham valor adstrito ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Para bens de natureza divisível, cujo valor ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração deve reservar uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas. Com relação aos serviços de duração continuada, o teto deve ser considerado para o calendário financeiro anual; (Acórdão nº 2122/19 - Tribunal Pleno. Processo Nº: 465761/17. Assunto: Prejulgado. Entidade: Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator: Conselheiro Artagão de Mattos Leão)

29. No que tange à participação dos consórcios, prevalece o entendimento segundo o qual o legislador, no art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93, não estabeleceu qualquer obrigatoriedade.

30. Exige-se apenas justificativa adequada para a exclusão, a qual, segundo entendemos, foi apresentada no item 4, do despacho de fl. 125.

31. Verifica-se da leitura do item 12 da minuta editalícia que não foi exigido atestado de capacidade técnico-operacional. Trata-se como se sabe da comprovação de aptidão para executar o objeto da licitação, por meio da demonstração de experiências anteriores.

32. Lembre-se, porém, que o TCE/PR decidiu recentemente ser possível a dispensa dos requisitos de capacidade técnico-operacional se o objeto da licitação apresentar baixa complexidade. Confira-se:

EMENTA: Consulta. Qualificação técnica dos licitantes. Art. 30, caput, II, e §1º, I, da Lei nº 8.666/93. Capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional. Requisitos distintos. 1. Possibilidade de dispensa dos requisitos de capacidade técnico-operacional se o objeto da licitação apresentar baixa complexidade. Necessidade de motivação explícita e amparada em razões de ordem técnica. 2. Desnecessidade de registro dos atestados relativos à qualificação técnico-operacional nas entidades profissionais competentes por falta de previsão legal ou regulamentar, aplicando-se o disposto no art. 30, §3º da Lei nº 8.666/93. 3. Exigência de registro na entidade profissional competente apenas de atestados de capacidade técnica profissional em licitações cujo objeto seja de obras e serviços de engenharia (amplo sentido). Impossibilidade de exigência de atestados técnicos em nome da empresa. Resposta positiva para os Quesitos 1 e 2 e negativa para o Quesito 3<sup>1</sup>.

33. Naquela oportunidade, a Corte de Contas do Paraná observou expressamente que:

Como se vê, a capacidade técnica operacional não trata de requisito indispensável para a demonstração da qualificação técnica das licitantes e somente pode ser exigida quando for “compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”, por força do art. 30, II, da Lei nº 8.666/93. Nesse contexto, orienta-se no sentido de que a Administração tem o dever de analisar a compatibilidade dos requisitos de qualificação técnica operacional com o objeto a ser executado, exigindo-os apenas quando presente essa condição, sob pena de ofensa à competitividade. (...) Desta forma, caberá à Administração Pública, na fase interna do processo licitatório, avaliar as características do objeto a ser adquirido para determinar a extensão das exigências a serem impostas aos licitantes, inclusive a pertinência de se exigir a comprovação de capacidade técnico operacional<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> ACÓRDÃO Nº 828/19 - Tribunal Pleno, TCE/PR.

<sup>2</sup> Idem. Aliás, o TCU tem entendimento no mesmo sentido, determinando que as decisões do administrador em relação aos requisitos de comprovação da capacidade técnica devem estar justificados no procedimento licitatório. Nesse sentido: “A Administração deve incluir no processo licitatório os motivos das exigências de comprovação de capacidade técnica, seja sob o aspecto técnico-profissional ou técnico-operacional, e demonstrar, tecnicamente, que os parâmetros fixados são necessários e pertinentes ao objeto licitado. A pontuação técnica atribuída à apresentação

34. No mesmo sentido, *José Roberto Tiossi Junior* observa que a dispensa de apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional pode militar a favor da maior competitividade, sem prejuízos ao Poder Público, especialmente nos casos de fornecimentos de bens de baixa complexidade. Nessa linha:

Em muitos casos, a comprovação de aptidão anterior se mostra desnecessária, em especial para fornecimento de bens, visto que existem objetos sem qualquer complexidade de execução, de modo que a exigência de atestado acaba por restringir a competitividade, afastando potenciais interessados, principalmente empresas recém constituídas<sup>3</sup>.

35. No caso, a justificativa foi apresentada e se funda na consideração de que “*Não se vislumbrou motivo para a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica pelo arrematante. Além disso, o termo de referência já prevê o envio de amostra do produto, no capítulo.*” (item 6 – fl. 126).

36. Em relação à qualificação econômico-financeira (fl. 274), verifica-se que o edital exigiu apenas a apresentação de certidão negativa de pendência de processos de falência, de recuperação judicial ou de execução patrimonial, dispensado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

37. Tal possibilidade tem, de fato sido reconhecida pela jurisprudência, neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. ALEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 27, III E 31, I, DA LEI 8666/93. NÃO COMETIMENTO. REQUISITO DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA CUMPRIDA DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA DO EDITAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes pode ser aferida mediante a apresentação de outros documentos.

A Lei de Licitações não obriga a Administração a exigir, especificamente, para o cumprimento do referido requisito, que seja apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis,

---

de certificado específico deve ater-se apenas à sua validade, sem estabelecer pontuação para atividades específicas desempenhadas”. Acórdão 1937/2003 – Plenário, TCU.

<sup>3</sup> Disponível em <https://licitacoesmunicipais.com.br/possivel-dispensar-atestado-capacidade-tecnica-complexidade>, acesso em 20 de setembro de 2019.

relativo ao último exercício social previsto na lei de licitações (art. 31, inc. I ), para fins de habilitação.

2. "In casu", a capacidade econômico-financeira foi comprovada por meio da apresentação da Certidão de Registro Cadastral e certidões de falência e concordata pela empresa vencedora do Certame em conformidade com o exigido pelo Edital.

3. Sem amparo jurídico a pretensão da recorrente de ser obrigatória a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, por expressa previsão legal. Na verdade, não existe obrigação legal a exigir que os concorrentes esgotem todos os incisos do artigo 31, da Lei 8666/93.

4. A impetrante, outrossim, não impugnou as exigências do edital e acatou, sem qualquer protesto, a habilitação de todas as concorrentes.

5. Impossível, pelo efeito da preclusão, insurgir-se após o julgamento das propostas, contra as regras da licitação.

6. Recurso improvido.

(REsp 402.711/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/06/2002, DJ 19/08/2002, p. 145)

38. De qualquer modo, sabe-se que a qualificação econômico-financeira se destina a atestar a capacidade do licitante em relação aos compromissos decorrentes do contrato.

39. Desse modo, entende-se, também aqui, recomendável a apresentação de justificativa na qual sejam explicitadas as razões pelas quais se considerou suficiente a apresentação das certidões a que se refere o art. 31, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

40. No caso, reputa-se adequada a justificativa apresentada no documento de fl. 126, no sentido de que *“a contratação de empresa que não atenda a esse dispositivo seria capaz de gerar grandes riscos ao adequado fornecimento dos produtos”*.

41. Já em relação à exigência de amostras, não se encontram óbices, segundo as regras disciplinadas no termo de referencia (fl. 146) perante os entendimentos apresentados pela Corte de Contas da União. Nesse sentido, aliás, observe-se:

**Enunciado:** Em pregão, o instrumento convocatório pode prever a exigência de amostras com a finalidade de verificação do atendimento aos requisitos de qualidade previstos no edital. (Acórdão 1667/2017-Plenário. Relator: Aroldo Cedraz).

**Enunciado:** No caso de exigência de amostra de produto, devem ser estabelecidos critérios objetivos, detalhadamente especificados, de apresentação e avaliação, bem como de julgamento técnico e de motivação das decisões relativas às amostras apresentadas. (Acórdão nº. 2.077/2011, Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman)

**Enunciado:** A qualidade de produtos adquiridos mediante pregão pode ser aferida por meio de amostras, restrita tal exigência ao licitante vencedor da etapa competitiva do certame. (Acórdão nº. 1.554/2009, Plenário, Rel. Min. José Jorge)

**Enunciado:** A exigência de amostra ou protótipos deve ser feita apenas ao licitante provisoriamente em primeiro lugar, de forma previamente disciplinada e detalhada no instrumento convocatório. (Acórdão nº. 3130/2007, Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer).

42. Em relação aos prazos do edital, cumpre observar que o administrador público esclarece que “... o edital teve seus prazos legais reduzidos, de acordo com o caput e o § 1º do art. 4º-G da Lei 13.979/2020” (informação do item 3 na fl. 125), situação a qual, não se verifica óbices, até mesmo diante da necessidade e da celeridade<sup>4</sup> para a celebração da presente aquisição.

43. Quanto ao período de vigência da ata de registro de preço constante no item 15.6 (fl. 140), anota-se que o prazo de 12 (doze) meses está de acordo com art. 23, §8º, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

44. O administrador público informa ainda à dispensa de contrato (item 3 de fl. 30), opção a qual não se vislumbram óbices.

45. O TCU já admitiu a dispensa de contrato para aquisições com entrega imediata, inclusive destacando que a “*entrega imediata*” é aquela que ocorre até trinta dias a partir do pedido de fornecimento formal feito pela Administração Pública, nestes termos:

---

<sup>4</sup> A celeridade também vem sendo exigida por outros órgãos para itens de proteção, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Paraná, também optou por reduzir os prazos do edital de pregão eletrônico nº 78/2020 (protocolo nº 0081428-30.2020.8.16.6000) e do edital de pregão eletrônico nº 46/2020 (protocolo nº 0038984-79.2020.8.16.6000)

“Processo administrativo referente a auditoria interna, em que se discute a legalidade da dispensa de termo de contrato e da utilização de outros documentos nas hipóteses de compras com entrega imediata. [...]

15. Entre os elevados custos mencionados, destaco o referente à publicação, em diário oficial, do extrato do termo contratual (que pode até mesmo ser superior ao valor da própria aquisição) e a despesa de remessa desse termo para assinatura em outra unidade da Federação, que ocorre em muitos casos e, além do dispêndio gerado, acarreta demora no recebimento do bem.

16. Assim, o conceito de “entrega imediata” – um dos requisitos para que se possa dispensar a formalização de instrumento contratual – não deve ser, de fato, o de compras com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, o que impossibilitaria a aplicação do referido art. 62, § 4º, tornando-o praticamente letra morta, além de operar claramente contra os princípios da eficiência e da racionalidade administrativa.

17. Diante da inaplicabilidade do referido dispositivo, a Selog propõe definição que, a meu ver, se coaduna com a essência da norma e com os princípios da Administração Pública. De acordo com a unidade especializada, a interpretação para a referida “entrega imediata” – mais harmônica com os preceitos que regem os contratos administrativos e consentânea com a própria aplicabilidade do art. 62, § 4º, da Lei de Licitações – deve ser: ***“a que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido de fornecimento formal feito pela Administração, que pode se dar por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta, na ocasião da solicitação, se encontre válida”***.

Ressalvo somente que, conforme as informações colhidas com a Segedam, essa solicitação ao fornecedor costuma ocorrer após a emissão da nota de empenho, que acontece quando já existe a garantia de haver condições orçamentária e financeira para a compra. Contudo, considero inadequado que haja um intervalo entre o empenho e o pedido para o fornecimento, pois isso pode implicar o prolongamento indevido do prazo por livre opção do gestor. Dessa forma, deve-se estabelecer que esse requerimento seja efetuado com o próprio documento orçamentário.

18. De fato, esta me parece ser a solução mais coerente com os princípios da eficiência e da racionalidade administrativa, além de possibilitar o emprego efetivo da norma legal, sendo possível a simplificação de procedimentos e o uso racional dos recursos públicos, sem que haja prejuízos para o controle ou a fiscalização das aquisições.

19. Por fim, acolho também a proposta da Selip/Segedam, ratificada pela Selog, de firmar entendimento de que “há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota

de empenho”, por ser igualmente harmônica com a essência da lei e com os princípios da Administração Pública.

(Acórdão 1234/2018 - Plenário. Relator: José Mucio Monteiro. Processo: 025.898/2016-7. Tipo de processo: Administrativo (ADM). Data da sessão: 30/05/2018).”.

46. Exatamente como ocorre no presente caso em que cláusula 5 do Termo de Referência (fl. 146) prevê que “5.1. Os produtos deverão ser entregues em até 21 (vinte e um) dias, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento.”

47. Por oportuno, deve-se mencionar ainda que, tratando-se de ata de registro de preços, a indicação orçamentária somente será procedida quando da efetiva contratação, conforme posição predominante em doutrina, dada a própria impossibilidade de ciência a priori do total de serviços a serem prestados.

48. No mais, verifica-se que o procedimento observou as determinações contidas nos diversos incisos do artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/02 e dos artigos 38, 40 e 55 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como aquelas constantes dos diversos incisos dos artigos 49, 55, 69 e 99 da Lei Estadual nº 15.608/07, razão pela qual a fase interna se encontra consonante com as disposições legais atinentes ao procedimento licitatório adotado.

### 3. CONCLUSÃO

49. Diante do exposto não se vislumbra óbice ao prosseguimento do presente procedimento licitatório e à autorização de abertura de sua fase externa.

50. Tramite-se em **regime de prioridade máxima**, nos termos determinado pelo item 15 do despacho de fl. 06 do *Coordenador-Geral de Administração*.

51. É o parecer.

Curitiba, 21 de setembro de 2020.

RICARDO MENEZES DA  
SILVA:11077159706  
RICARDO MENEZES DA  
SILVA:11077159706  
Assinado de forma digital por  
RICARDO MENEZES DA  
SILVA:11077159706  
Dados: 2020.09.22 07:30:43 -03'00'  
RICARDO MENEZES DA SILVA

Coordenador Jurídico

Documento: **18816.688.8301pregaomenorprecoSRPquisicaoeminstalacaodebarreiratransparentesparaasmesasdeatendimento.pdf.**

Assinado por: **Cézar Augustus Simão** em 22/09/2020 08:37.

Inserido ao protocolo **16.688.830-1** por: **Cézar Augustus Simão** em: 22/09/2020 08:37.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**aa1a59e3096e1fdeea07e4a11d73c252.**

**6) Decisão administrativa de  
autorização do certame**

**Procedimento nº 16.688.830-1**

**DECISÃO**

Trata-se de procedimento instaurado para aquisição e instalação de barreiras transparentes nas mesas de atendimento nas sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

A Coordenadoria de Planejamento justificou a necessidade uma vez que fora realizado estudo com os coordenadores das unidades das atividades fins “*visando identificar a estrutura e regras gerais necessárias para um retorno gradual das atividades presenciais das instituições.*” (fl. 02).

A Coordenadoria-Geral de Administração informou que se trata de medida de segurança aos agentes públicos e estagiário durante o período da pandemia da Covid-19. No mais, informou sobre o quantitativo e qualidade do objeto, solicitando prioridade no andamento da demanda. (fls.03/06). Assim, o Departamento de Infraestrutura e Materiais solicitou informações técnicas do objeto (fl. 07) o qual foi devidamente realizado pelo Departamento de Infraestrutura e Materiais (fls. 08/10).

O Departamento de Contrato solicitou informações para elaboração do termo de referência (fls. 11/13) as quais foram prestadas pelo Departamento de Infraestrutura e Materiais (fls. 16/17).

O Departamento de Contratos requereu alterações no Termo de Referência preliminar (fls. 27/31), as quais foram acolhidas pelo Departamento de Compras e Aquisições (fls. 33/39) e o novo Termo de Referência aprovado pela Coordenação de Planejamento (fl. 40).

O Departamento de Compras e Aquisições informou acerca das pesquisas de preço e suas dificuldades, bem como a adequação do objeto e do prazo de

**Defensoria Pública do Estado do Paraná**  
Gabinete da Defensoria Pública-Geral

entrega de 15 para 21 dias. (fls. 41/53). O Departamento de Infraestrutura e Materiais procedeu com os ajustes solicitados e juntou novo Termo de Referência (fls. 57/63) que foi aprovado pela Coordenação de Planejamento (fl. 64).

O Departamento de Compras e Aquisições informou sobre as novas pesquisas de preços, bem como que foi realizada pesquisa nos sítios eletrônicos GMS e Portal da Transparência, no entanto não foram encontradas ocorrências do objeto requerido (fls. 66/67).

O processo foi instruído com Pesquisas de preços (fls. 68/91), Pesquisa no portal da Transparência (fl. 92/99), Quadro de cotações (fl.100) e certidões (fls. 101/106). O Departamento de Compras e Aquisições solicitou a revisão do objeto do termo de referência bem como análises técnicas (fls. 107/110). O processo foi instruído com novo termo de referência (fls. 113/120), novo quadro de cotações (fl.122) e indicação orçamentária (fl. 123).

O Departamento de Compras e Aquisições justificou a redução dos prazos do edital (fls. 125/126), no mais, juntou a minuta do edital e as resoluções DPG que designam os pregoeiros (fls.127/165).

A Coordenadoria Jurídica, por meio do parecer nº 188/2020/COJ/DPPR, informou que não vislumbra óbices ao prosseguimento do procedimento licitatório e à autorização da abertura da sua fase externa. (fls. 166/176).

A Defensoria Pública Geral requereu a juntada da indicação orçamentária e Declaração do Ordenador de Despesas (fls. 177/178), o que foi prontamente atendido (fls. 179 e 182).

Vieram os autos, é o relatório.

Conforme o parecer nº **188/2020/COJ/DPPR** (fls. 166/176), a Coordenadoria Jurídica entendeu não vislumbrar óbices à próxima fase de contratação, tendo em vista que estão presentes os requisitos legais para a contratação do serviço necessário à instituição.

Insta salientar que o documento jurídico abordou aspectos de legalidade de todo o procedimento. Em relação à modalidade adotada para contratação, restou claro que o pregão eletrônico é a que se amolda ao caso, *in verbis*:

**Defensoria Pública do Estado do Paraná**  
Gabinete da Defensoria Pública-Geral

21. A partir da conceituação legal do pregão, extrai-se que a adoção da referida modalidade licitatória se encontra compatível com a aquisição dos itens especificados no termo de referência, o que se demonstra pela simplicidade do item, conforme esclarece o despacho de fl. 107 (“3.4 *Nenhuma das empresas que apresentaram propostas manifestou qualquer dificuldade em atender ao quantitativo estipulado no Termo de Referência nos prazos la consignados*”).

22. De igual modo, o tipo de licitação adotado (menor preço) também se encontra adequado, visto que decorre de expressa disposição legal. No caso, os artigos 4º., inciso X, da Lei Federal n. 10.520/02 e 49, incisos VII, da Lei Estadual n. 15.608/07.

Ademais, atestou a justificativa da utilização do sistema de registro de preço, demonstrando os aspectos legais. Ainda, demonstrou a necessidade da simplificação do ato, bem como evidenciou através da legislação vigente e entendimentos a legalidade do procedimento. No mais, a supramencionada Coordenadoria salientou que não vislumbrou óbices em relação aos prazos legais reduzidos do edital, em razão da legislação vigente e necessidade de celeridade da aquisição e evidenciou através de decisões do Tribunal de Contas da União a possibilidade de dispensa de contrato para o caso em análise.

Por fim, o documento jurídico informou que “*verifica-se que o procedimento observou as determinações contidas nos diversos incisos do artigo 3º da Lei Federal n. 10.520/02 e dos artigos 38,40 e 55 da Lei Federal n. 8.666/93, bem como aquelas constantes dos diversos incisos dos artigos 49,55,69 e 99 da Lei Estadual n. 15.608/07, razão pela qual a fase interna, a minuta do edital e a minuta contratual se encontram consonantes com as disposições legais atinentes ao procedimento licitatório adotado.*”

Desta forma, considerando que se verifica a procedência dos fundamentos técnicos e jurídicos contidos nos autos e no Despacho Jurídico nº 188/2020/COJ/DPPR (fls. 166/176) acolho-o nesta oportunidade, dando conta de haver **vantajosidade** na contratação nos termos indicados no edital.

Ademais, resta claro nos autos o interesse e a conveniência através das justificativas apresentadas. Assim, ante o exposto, considerando a legalidade

**Defensoria Pública do Estado do Paraná**  
Gabinete da Defensoria Pública-Geral

---

procedimental, o interesse e a conveniência, **autorizo a continuidade do feito dando início à fase externa do procedimento.**

Encaminhe-se os autos ao Departamento de Compras e Aquisições para dar prosseguimento ao feito.

Curitiba, 22 de outubro de 2020.

**EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO**  
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

BFA